Diretrizes Internacionais para o Envelhecimento e suas Conseqüências no Conceito de Velhice*

Isolda Belo da Fonte
Fundação Joaquim Nabuco

Palavras-chave**:** velhice, envelhecimento populacional, gerontologia.

A II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (Abril/2002) define as diretrizes que orientarão as políticas públicas relativas à população idosa para o século XXI. As propostas resultantes deste evento se baseiam em uma nova idéia de velhice, construída em torno do conceito de *envelhecimento produtivo*. A estratégia internacional para enfrentar os desafios do aumento quantitativo das pessoas com mais de 60 anos de idade, se centraliza em viabilizar a inclusão social deste grupo de população. Desta forma, o Plano de Ação Internacional prevê a capacitação destas pessoas para que *atuem plena e eficazmente na vida econômica, política e social, inclusive, mediante o trabalho remunerado ou voluntário* (ONU:2002d). Este novo conceito representa uma mudança radical na imagem anteriormente dominante sobre a velhice, que deixa de ser sinônimo de exclusão e incapacidade para assumir um conceito de total inserção social. Neste trabalho se analisa esta transformação conceptual, aqui considerada como conseqüência do envelhecimento da população que ocorre na maioria das regiões do mundo.

Pensando o envelhecimento demográfico

Na velhice deve-se distinguir dois processos profundamente relacionados, que são o envelhecimento individual ou biológico e o demográfico. A estrutura social de cada sociedade condiciona os processos individuais do envelhecimento. Ao mesmo tempo, o envelhecimento da população exerce uma forte pressão para a transformação

* Trabalho apresentado no XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais,realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

do *status* destas pessoas e das oportunidades de participação a elas oferecidas. Diante do fenômeno da transição demográfica, a velhice assume uma nova dimensão onde a "*velhice subjetiva*", caracterizada pela velhice de algumas pessoas, é obscurecida pela "*velhice objetiva*", como um fenômeno estrutural que concerne a toda a sociedade (Cabrero, 1997). As demandas que emergem deste setor da população, podem gerar uma crise no sistema de distribuição dos recursos e das prioridades anteriormente estabelecidas. Com o crescimento numérico deste grupo social, ocorre o aumento das demandas sociosanitárias e o questionamento do atual modelo de equilíbrio da Previdência Social.

O envelhecimento populacional conduz a necessidade de reavaliar critérios relativos aos gastos sociais que sobrevêm do novo perfil da pirâmide etária. Trata-se de encontrar novas alternativas, por exemplo, para a questão do índice de dependência (contribuintes-não contribuintes), argumento que muito se utiliza para justificar a inviabilidade da Previdência Social. Sabe-se, também, que os gastos sociosanitários aumentam significativamente com a idade. Estas, portanto, são algumas das questões que transformam o envelhecimento demográfico no objeto central das preocupações políticas e cientificas. O debate atual tende a um enfoque alarmista, respaldado pelos aspectos potencialmente conflituosos gerados pela transição demográfica que, em resumo, são:

a) em nível mundial já é significativo o número de pessoas idosas e seu aumento proporcional em relação ao resto da população. Esta tendência é crescente, já que os índices de natalidade continuam baixando, fator primordial para o envelhecimento da população;

b) este fenômeno gera maiores demandas e, por tanto, maiores custos ao sistema sociosanitário, já que os velhos tendem a sofrer mais de enfermidades crônicas;

c) este fenômeno põe em questão o atual modelo da Previdência Social;

d) há uma tendência de que exista uma pressão mais intensa da população idosa em torno dos sistemas de proteção social, uma vez que, o apoio informal à população idosa, declina, em face das mudanças ocorridas principalmente na estrutura familiar;

e) observa-se o aumento do desemprego estrutural com uma crescente dependência dos recursos e benefícios do sistema de proteção social por parte da população economicamente ativa excluída do mercado de trabalho;

f) o aumento quantitativo das pessoas idosas, aumenta sua importância política, pelo menos, representada por um contingente de efetivo peso eleitoral.

Estes aspectos, provocam a transformação de um enfoque centrado na velhice biológica ou individual para uma preocupação com os aspectos sociais e políticos do envelhecimento. Tradicionalmente, a preocupação com a velhice se revestia de um caráter filosófico, humanístico ou filantrópico. O crescimento numérico deste grupo social, concede uma nova dimensão à questão do envelhecimento humano, na medida em que exige a reestruturação de instituições central da estrutura socioeconômica. Previdência Social, sistema de assistência sociosanitária, mercado de trabalho e o papel do Estado, são reanalisados em um contexto de uma nova configuração etária da população.

A velhice, historicamente enfocada como um fenômeno relativo ao processo físico e restrito à esfera familiar ou privada, torna-se uma questão central nos debates sobre o planejamento das políticas públicas. O aumento quantitativo deste grupo, transforma o envelhecimento numa questão social, tornando-se um dos principais desafios políticos para o século XXI. Seja nos países centrais ou nos periféricos, a ONU (2002d) considera que as políticas para o desenvolvimento serão ineficientes se não priorizam a busca de alternativas para as demandas de uma sociedade envelhecida. Esta conjuntura provoca a necessidade de definir novos espaços nas diversas estruturas sociais para as pessoas idosas e reforça o debate sobre as atribuições do Estado.

Envelhecimento Populacional e o Estado de Bem-Estar Social

As alternativas para superar os problemas que se apresentam como decorrência do envelhecimento populacional se inserem no atual questionamento sobre Estado de Bem Estar Social, criado para garantir os direitos sociais relacionados com a noção de cidadania. Tais direitos se vinculam a três grandes âmbitos: assegurar o emprego e a integração social; garantir os bens sociais mínimos (educação, saúde e habitação) e garantir aos cidadãos uma proteção frente aos riscos, através da criação de um sistema de pensões generalizado (CECS, 2001). A partir dos anos 70, se inicia um debate que se prolonga até os dias de hoje, sobre a sustentabilidade financeira do Estado de Bem Estar Social Entre outras razões que justificam esta polêmica estão: o surgimento do

desemprego estrutural (incapacidade do sistema econômico, tal como está, de oferecer trabalho para todos); mudanças sociodemográficas (principalmente, o envelhecimento populacional) e fatores ideológicos (estímulo aos valores individuais e à competitividade) (CECS, 2001). Estes aspectos suscitaram a polêmica em torno dos limites do Estado polarizada em duas tendências antagônicas: *os otimistas e os pessimistas* (Breis, 1990). Estes últimos, afirmam que o Estado não suportará a carga que decorre do envelhecimento populacional e traçam um cenário catastrófico. Suas propostas, de maneira geral, são de estimular a privatização de alguns serviços tradicionalmente prestados pelo Estado incluindo a difusão dos planos de pensão da rede privada.

Do outro lado, "*os otimistas*", propõem mudanças na estrutura da economia como, por exemplo, a redução massiva da jornada de trabalho de modo a gerar mais empregos. Consideram o envelhecimento demográfico como uma oportunidade de aquecimento da economia através do consumo das pessoas idosas com poder aquisitivo e da criação de novos serviços e postos de trabalho destinados ao lazer e ao cuidado com a pessoa idosa. Propõem, também, uma reformulação do atual sistema de previdência pública dirigida com um maior controle na distribuição e arrecadação dos recursos. (Breis, 1990 e Álvarez-Uria, 2000).

A proposta neoliberal (*pessimistas*, na terminologia Breiniana) que se impõe com a globalização da economia defende a redução do Estado. Como resultado, a reorganização da estrutura estatal estimula a transferência para a sociedade civil de grande parte das responsabilidades por ele antes assumidas. Esta tendência, representa o corte de muitos dos benefícios e serviços oferecidos à população, em um momento em que crescem suas demandas. São dois movimentos opostos: o aumento das demandas, especialmente aquelas que resultam do envelhecimento populacional e do desemprego, frente a proposta neoliberal que se baseia na redução do Estado (Santos, 1999). Dentro desta perspectiva, as alternativas que parecem prevalecer na adoção das políticas públicas, se baseiam na idéia de responsabilizar o envelhecimento populacional pelos desequilíbrios nas contas do Estado indicando propostas que, muitas vezes, vêm sobrecarregar este grupo de população. No contexto deste debate, torna-se necessário, analisar as diretrizes internacionais que dão base às políticas públicas e às novas representações sociais sobre a velhice.

Iniciativas Internacionais

O fenômeno da transição demográfica representa o centro das preocupações do conjunto de iniciativas internacionais relacionadas com a velhice. A estratégia proposta pela ONU tem por objetivo garantir que a população possa envelhecer com segurança e dignidade, considerando as pessoas idosas como cidadãos e cidadãs com plenos direitos (ONU, 2002a).

A I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena em 1982, adota o Plano de Ação Internacional que se constitui na base das políticas públicas elaboradas para este grupo de população. Este plano apresenta de forma ampla as diretrizes e os princípios gerais para enfrentar o desafio do envelhecimento populacional.

Em 1991, as Nações Unidas aprovam os princípios em favor das pessoas idosas formulados em torno de cinco eixos: independência, participação, cuidados, autorrealização e dignidade. São princípios que torna específico para este grupo de população a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No aspecto relativo à participação, defende a integração destas pessoas na sociedade, principalmente, através de sua colaboração no planejamento e execução das políticas que afetem diretamente o seu bem-estar. Igualmente, propõe que *as pessoas idosas deverão buscar e aproveitar as oportunidades de prestar serviços à comunidade e trabalhar como voluntários de acordo com os seus interesses e capacidades* (ONU, 2000a).

O ano de 1999 é dedicado pela ONU às pessoas idosas com o tema *Uma sociedade para todas as idades.* Este tema, além de sugerir a inserção deste grupo populacional nas estruturas sociais, também responde às inquietações de alguns teóricos do momento, que previam um conflito de gerações em torno dos recursos públicos. Mashall e Guillemard (1989), por exemplo, afirmavam que as pessoas de mais de 60 anos, formavam um coletivo unido pela questão da idade e por uma situação de carência compartilhada. Este grupo era visto pelos demais setores sociais (jovens e adultos) como fortes competidores em torno dos recursos públicos.

Em 2002, se realiza a II Assembléia Internacional sobre o Envelhecimento, com o objetivo de examinar os resultados da I Assembléia e aprovar as revisões do Plano de

Ação. A questão principal que orienta este Plano está no desafio do envelhecimento mundial. No documento produzido pela OIT (2002) para este evento, se reconhece o rápido crescimento da população acima de 60 anos identificando a pobreza e a exclusão como obstáculos primordiais para aceder a uma velhice digna. Afirma, ainda, que somente aqueles que cotizaram em planos de pensões desde jovens, terão a oportunidade de evitar a pobreza no futuro.

Dentro desta perspectiva, a II Assembléia, reforça o conceito de envelhecimento ativo, considerado o *processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental durante toda a vida com o objetivo de ampliar a expectativa de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice* (ONU, 2002b). Este conceito, também é utilizado para referir-se a idéia de uma *implicação contínua em atividades socialmente produtivas e de trabalho gratificante* (op.cit. p.17)

O conceito de *envelhecimento ativo*, embora reforce a idéia de criação de oportunidades de emprego para as pessoas com mais de 60 anos, não pode restringir-se a este aspecto. No entanto, a tendência dominante, com raízes na política de redução do Estado, é a de induzir uma nova imagem de velhice associada à produtividade. Desta maneira, as diretrizes internacionais, que propõem a igualdade de direitos entre as diversas gerações e reconhece as dificuldades específicas deste grupo social, parecem ser distorcidas. Em outras palavras, estas novas diretrizes necessitam ser observadas criticamente como forma de não seguir a tendência de homogeneizar as pessoas idosas. Evitar, portanto, o deslocamento de uma concepção sobre velhice baseada no estereótipo de improdutividade ou doença, para uma outra imagem, que igualmente homogeneiza no outro extremo, como de sinônimo de vitalidade e saúde.

Velhice: uma construção social

Os critérios de classificação do mundo social, ainda que utilizem propriedades físicas tais como o sexo ou a idade – não se limitam a descrever sua natureza biológica (Foucault, 1986). A idade em si mesma, tal como o gênero, tem diferentes significações segundo o contexto ou o período histórico pois, apesar do ciclo da vida não ter sofrido alterações, modificaram-se as idéias, os discursos e as imagens produzidos sobre elas e,

principalmente, sobre a velhice. As abordagens formuladas sobre a velhice, com freqüência, ultrapassam as observações objetivas e isentas de juízos de valor e definem modelos e normas adequadas de comportamento. Esta tendência corresponde, segundo Haddad (1986) a "*Ideologia da Velhice*", estruturada com a função de reorganizar os comportamentos. Esta ideologia, que se instrumentaliza através de um sistema de representações elaboradas pelos especialistas, conduzem as pessoas a uma forma de atuar que atende aos interesses econômicos dominantes.

Os conceitos sobre a velhice, em geral, tendem a homogeneizar um coletivo, cujo único elemento comum é pertencer a uma determinada idade social e culturalmente determinada (Algado Ferrer, 1996). De acordo com o contexto social, são diferentes os critérios para sua homogeneização. Em resumo, o que se observa é que a velhice é um conceito em permanente processo de mudança. Estas mudanças se mostram diretamente relacionadas com outros fatores presentes na realidade socioeconômica que não refletem necessariamente as transformações físicas do processo de envelhecimento. Por tanto, pode-se afirmar que:

a) a velhice é construída através da elaboração de um discurso que tende a modificar-se de acordo com as necessidades econômicas e políticas do contexto histórico social;

b) este discurso condiciona, orienta e define o comportamento das pessoas idosas e das oportunidades a elas oferecidas (ou permitidas) de participação nas diversas estruturas sociais. Estes discursos se caracterizam por associar o processo biológico a uma imagem –positiva ou negativa – da velhice, atribuindo-lhe um status correspondente.

c) os discursos sobre a velhice freqüentemente correspondem a uma explicação que legitima sua inserção ou exclusão dentro de um determinado contexto histórico e social.

A velhice sempre foi uma preocupação presente ao longo da história humana. Filósofos, poetas, escritores e idéias do sentido comum, constróem sobre ela suas imagens e definições. Em todos os lugares, afirma Minois (1987) se teme a velhice. Possivelmente se explica este temor com base na percepção apresentada por Gabriel García Marquez no seu livro "*O Amor em tempo de Cólera*" : *é o período da vida em*

que a morte deixa de ser uma possibilidade remota para se transformar em uma realidade mais imediata.

Este temor, possivelmente, deu origem aos primeiros questionamentos sobre o envelhecimento que se orientavam, de forma prioritária, para a busca da prolongação da vida e da juventude. Tratava-se de encontrar fórmulas como, por exemplo, o *elixir da juventude* para vencer a velhice, símbolo do fim de cada ser humano. No entanto, embora indiscutível em seu aspecto biológico, as representações sociais construídas sobre ela, variam de acordo com o contexto cultural, econômico e político. Em alguns momentos a pessoa idosa é sinônimo de doença e incapacidade. Em outros, transforma-se em sábia, experiente e capaz. Imagens antagônicas. Conceitos diferenciados, em sua grande maioria, legitimados pelo conhecimento científico.

Estas imagens e conceitos sempre orientaram o comportamento social e as políticas públicas dirigidas a estas pessoas. Não existe um pensamento linear de evolução no conceito de velhice. É possível que nenhum outro período vital – infância, juventude, maturidade – possua tantas variações e alternâncias conceptuais como a questão do envelhecimento. Desde as sociedades antigas, estão presente estas mudanças e ambigüidades no conceito de velhice e nas possibilidades de participação das pessoas idosas nas estruturas sociais e econômicas. Minois (1987) e Leme (1996) afirmam que a disponibilidade dos recursos materiais e do conhecimento e meios de sua transmissão é o que condiciona fortemente as oportunidades e os espaços sociais a serem ocupados por este grupo de população. Segundo as circunstâncias, o/a velho/a, é respeitado/a ou depreciado/a, honrado ou condenado a morte, "*um subhomem ou um superhomem*" (Minois, 1987). Em outro estudo, San Román, afirma que nas sociedades primitivas, muitas vezes, a sorte do ancião dependia do nível de recursos disponíveis (San Román: 1989). As principais teorias dominantes na gerontologia sobre a velhice nas décadas de 70 e 80, foram as da Desvinculação e da Atividade defendidas respectivamente por Cumming e Henry(1961) e Havighurst(1961). Enquanto a primeira defende a idéia de que o afastamento da vida social é algo universal e satisfatório para as pessoas idosas; a segunda, propõe que é indispensável que as pessoas continuem inseridas nas diversas estruturas da sociedade realizando atividades o maior tempo possível. Destas duas, prevaleceu como base das políticas públicas a idéia de exclusão social da pessoa idosa,

coincidindo com a difusão das residências e abrigos geriátricos e o estímulo da aceitação familiar a esta medida, como forma de legitimá-la (Barenys, 1991)

Desta maneira, o que se observa é que a construção das imagens dominantes – positivas ou negativas – sobre a velhice, não têm uma relação direta com o processo físico de envelhecimento, mas sim, com o contexto histórico e econômico. O mesmo corpo envelhecido pode ter representações totalmente diferentes. Por tanto, se pode afirmar que a velhice, muito mais do que um conceito biológico, é uma construção social (Bazo:1996) .

Pode-se também afirmar que, atualmente, se está em um momento de redefinição das imagens dominantes sobre a pessoa idosa e dos principais enfoques e diretrizes que orientaram os estudos sobre o envelhecimento. O primeiro aspecto que marca esta mudança se refere à orientação central que sempre estimulou a curiosidade e as pesquisas científicas sobre este tema. Tradicionalmente, procurou-se entender o envelhecimento como forma de encontrar sua superação. Nas duas últimas décadas, o principal objetivo passou a ser o entendimento da realidade destas pessoas e a abertura de espaços de participação nas diversas estruturas sociais. Em outras palavras, observa-se a transformação de uma abordagem historicamente centrada nos aspectos individuais e biológicos da velhice para uma perspectiva que identifica as pessoas idosas como um setor social de crescente importância. Esta mudança reflete as preocupações que suscitam o envelhecimento populacional, considerado uma das principais transformações ocorridas neste século: uma espécie de revolução demográfica caracterizada pelo aumento do número de pessoas com mais de 60 anos e do crescimento da proporção que representa este setor sobre o total da população. O incremento deste grupo social gera novas demandas de serviços e assistência sociosanitária, que pressionam para a reorganização do atual sistema de distribuição dos recursos públicos, tanto nas sociedades consideradas emergentes como nas dos países centrais. O envelhecimento populacional, provoca a transformação da velhice em um problema social, entendido como um fenômeno que se relaciona com os demais setores e estruturas da sociedade. Este fenômeno quantitativo vêm acompanhado por mudanças substanciais nos discursos e práticas dirigidas a este coletivo.

Um estudo realizado por Belo (1990) ressaltava a importância de identificar e desvelar os discursos sobre a velhice. Naquele trabalho, se constatou a existência de um processo de exclusão o marginalização das pessoas idosas, legitimado por um discurso dominante nas décadas de 70 e princípios de 80, que apresentava a velhice como sinônimo de improdutividade e decadência. Este estudo, criticava o discursos "*biologista"* que atribui a segregação dos idosos a uma causa natural, como se, na velhice, as pessoas fossem fisicamente incapazes de participar das diversas estruturas sociais. Ao contrário desta idéia, se demonstrou que a marginalização dos velhos e velhas, resultava de sua pouca utilidade econômica nas sociedades que participam da expansão do capitalismo internacional.

Dentro de um raciocínio similar, Haddad (1989), em sua análise da produção científica sobre a velhice, conclui que, estes saberes, aparentemente neutros, se constituíam de uma ideologia. Esta ideologia, através da criação de um conjunto de representações e normas objetivas, buscava ensinar as pessoas a atuar conforme algumas prescrições. Sua função era a de reorganizar os comportamentos, de maneira a diminuir o custo social da manutenção destas pessoas. A sinonimía entre doença e velhice, permitiu justificar a exclusão da pessoa idosa, mediante a responsabilização unicamente dos aspectos biológicos do envelhecimento. Em outras palavras, a lógica dominante afirmava que a pessoa idosa não podia participar da sociedade pela condição natural de incapacidade física e mental. Esta lógica, permitiu ocultar os aspectos políticos e econômicos presentes na marginalização imposta a grande parte deste grupo de população. Estas idéias foram reforçadas por outros estudos (Attias-Donfut:1988) que constataram que a maioria das pessoas internadas em asilos e residências geriátricas não apresentavam doenças que impedissem suas atividades diárias. A segregação anteriormente estimulada pelo discurso dominante, portanto, não se relacionava com as condições físicas destas pessoas. Tradicionalmente, afirma Subirats (1997), se viu a velhice como uma idade de carências. A concepção que predominou é que, a medida que se passavam os anos, a pessoa idosa se retirava mais dos aspectos da vida. Relacionava-se envelhecimento com decadência. No entanto, conclui o autor, estas idéias estão se tornando obsoletas.

Atualmente, se defende a perspectiva de revalorização da pessoa idosa através do estímulo a sua participação e produtividade. No entanto, uma análise mais exigente

desta tendência, permite a identificação dos riscos de produção de um discurso sobre a velhice que, igualmente, homogeneiza este grupo social e prescreve modelos de comportamentos.

O discurso atual exige a produtividade e a permanente responsabilidade dos idosos sobre a sua problemática. Por detrás das argumentações alarmistas sobre o envelhecimento populacional, se produz a idéia de que elas podem e devem buscar sua sobrevivência econômica. O discurso que hoje tende a prevalecer transforma estas pessoas em seres obrigatoriamente saudáveis e produtivos. Este fato omite a heterogeneidade deste grupo social e a existência de problemas específicos que afligem a muitas destas pessoas. Por exemplo, em sociedades com altos índices de desemprego, como é o caso do Brasil, se pode deduzir que resulta muito mais difícil a estas pessoas obter outros meios para manter-se que não seja através de suas pensões. Deve-se também considerar a conotação que as sociedades industriais dão ao trabalho , ou seja, o sentido do valor pessoal e do prestígio estão fortemente vinculados ao desempenho ocupacional. A saída do mercado de trabalho condiciona fortemente a diminuição do *status* da pessoa e de seu processo de inserção social. Paradoxalmente, observa-se um certa reação contra os idosos que estão integrados na estrutura de produção. Se constatou, na pesquisa realizada por Belo (2001), que estas pessoas são vistas como aquelas que ocupam os postos de trabalho destinados aos jovens desempregados. São muitos outros os aspectos que produzem dificuldades específicas para este grupo de população. A vulnerabilidade física e, por tanto, a necessidade de uma melhor assistência sociosanitária se inclui entre eles. No entanto, por enquanto, estes são suficientes para evidenciar que a imposição homogeneizadora de uma velhice produtiva e saudável se afasta da realidade. Os interesses implícitos neste novos saberes sobre a velhice parecem, tanto como nos tradicionais, buscar a diminuição dos gastos sociais com este grupo de população.

O biológico é político, afirmou Michel Foucault (1986) em sua análise do exercício do poder no Estado moderno. A imposição de um comportamento frágil, submisso da mulher foi historicamente justificado através de explicações baseadas na constituição do corpo feminino (Sau, 1993). De forma análoga, observa-se que o discurso *"biologista*" sobre a velhice, conduz a construção de normas de comportamento padronizadas a serem seguidas por este grupo de população. Em um

contexto em que o exercício do poder não está dissociado da produção do saber (Foucault:1985) é fundamental observar as causas e influencias dentro do coletivo deste novo discurso dominante sobre a velhice. É bem verdade que os avanços da medicina e das medidas sociosanitárias propiciaram melhorar a saúde da população em geral e dos idosos/as em particular. No entanto, será esta a razão para que a frágil velhice se transforme – no discurso- no símbolo da *boa idade*? Nem todas as pessoas idosas têm acesso aos avanços da medicina. Este fato já evidencia que o discurso universalista de "velhice saudável e produtiva" oculta a realidade de grande parte deste grupo de população. Apesar disto, observa-se que o discursos sobre a velhice se desloca de um enfoque homogeneizador centrado nas doenças e debilidade das pessoas para um outro, igualmente unificador, que as apresenta como seres de significativa produtividade.

Conclusões

O aumento quantitativo das pessoas idosas é a principal preocupação dos governos internacionais diante do aumento das demandas e das pressões que acarreta o envelhecimento populacional. Desta forma, os velhos como um coletivo social, tornam-se muito mais ameaçadores do que a velhice como fenômeno biológico. Se antes, o envelhecimento era símbolo da proximidade ao fim da vida, neste momento, ela simboliza uma possível crise ou falência de algumas instituições públicas. Neste sentido, a alternativa encontrada para a solução desta problemática é estimular a participação produtiva deste grupo social na sociedade. Em paralelo, se elabora um novo discurso sobre a velhice, baseado no conceito de envelhecimento ativo que rompe com o tradicional estereótipo sobre a velhice. Até recentemente, as políticas públicas tinham por base uma concepção que articulava a questão biológica da velhice com as exigências da modernização econômica. Como resultado, foi reforçado um estereótipo dominante em que as pessoas idosas significavam um peso social e econômico. Neste momento, a ênfase é exatamente em direção oposta: a pessoa idosa, não apenas é capaz, como também, deve participar do processo produtivo da sociedade. Nesta perspectiva, a idéia de trabalho ou da necessidade de trabalho fica diretamente vinculada a nova imagem da pessoa idosa. Sem dúvida alguma, a questão do trabalho é de fundamental

importância quando se pensa no tema da inclusão social. No entanto, há de ser observado o contexto sócioeconômico atual que traz em si altas taxas de desemprego para a população economicamente ativa. Estudos realizados no Brasil, revelam que a dependência entre idosos e jovens, foi invertida quando estes últimos passaram a depender das pensões de seus pais em face das dificuldades de inserir-se no mercado de trabalho (Camarano, 1999).

A defesa sem críticas do conceito de *envelhecimento ativo* pode gerar o aumento dos problemas e das dificuldades para grande parte dos idosos com pouco poder aquisitivo que não consigam integrar-se ao mercado de trabalho. A velhice como sinônimo de vitalidade e saúde produz reações ambíguas. Se, por um lado, estimula a autoestima e a capacidade das pessoas idosas, destruindo os estereótipos anteriores de incapacidade; por outro, cria uma certa responsabilidade e obrigação por parte deste grupo social de buscar sua sobrevivência independente dos recursos públicos. Dentro desta idéia, surgem argumentos como os utilizados pelo Presidente da República do Brasil e publicado em todos jornais de circulação nacional de que *os aposentados são uns vagabundos.* Ou ainda, afirmações como as de um governador norte-americano de que *os velhos aposentados daquela região seriam os responsáveis pela pobreza a que estavam submetidas as crianças* (Minc, 1995).

Uma sociedade para todas as idades, como defende a ONU e como parece ser o fundamento da justiça social, não pode se constituir sem que se observe a velhice como uma construção social necessariamente plural e heterogênea. Igualmente, o envelhecimento populacional não pode ser considerado a única causa dos desequilíbrios dos gastos públicos e de algumas de suas instituições. O desemprego, o subemprego, o crescimento do setor informal, enfim, a dissociação entre o crescimento econômico e o emprego, são questões substanciais a serem consideradas para a criação de uma *sociedade para todas as idades.*

Bibliografia

Algado Ferrer, Maria T. (1997). envejecimiento y Sociedad. Una sociología de la vejez. Alicante:Instituto de Cultura Juan Gil-Albert. Diputación provincial de Alicante.

Álvarez-uria, Fernado (2000). "Los viejos y el futuro de la inseguridad social". Archipiélago. Cuadernos de critica de la cultura. 44 (17-32)

Attias-Donfut, Claudine (1988). "Dinâmica social y envejecimiento". In: Envejecimiento y Sociedad (siglos XX-XXI). Ajuntuntament de L'Hospitalet de Llobregat. Barcelona.

Barenys, María Pia (1999). "Reflexiones sociológicas sobre el envejecimiento de la población". El Salario Social. 1 (12-28).

Bazo, Maria Teresa (1996). "Aportaciones de las personas mayores a la sociedad: análisis sociológico". Revista de Investigación Sociológica. 73 (209-222).

Belo, Isolda (2002). Vejez y Acción Política: surge un nuevo movimiento social? Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona. Barcelona.

Belo, Isolda (1990). Conteúdos sociopolíticos do processo de institucionalização do idoso. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

Breis, Gabriel (1996). "La polémica sobre las prestaciones sociales de vejez: demografía y economía política versus sociología de la ancianidad". Revista de Investigaciones Sociológicas. 73 (191-207).

Cabrero, Gregorio (1997). Participación Social de las personas mayores. Madrid:IMSERSO.

Camarano, Amélia.org.(1999). Muito além dos 60. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro:IPEA.

CECS (2001). Informe España 2001. Madrid: Fundación Encuentro

Foucault, Michel (1986) Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (1986). Vigiar e Punir. Petrópoles:Vozes

Haddad, Eneida (1989). A ideologia da Velhice. São Paulo: Cortez

Leme, Luiz Eugenio (1996). "A gerontologia e o problema do envelhecimento. Visão Histórica". In: Papaléo, Matheus (1996). Gerontologia Social. São Paulo:Atheneu.

Minc, Alain (1995). La borrachera democrática. El nuevo poder de la opinión pública. Madrid: Galimard.

Minois, George (1987). Historia de la vejezz. De la Antiguidad al renacimiento. Madrid:Nerea.

San Román, Teresa (1989). Vejez y Cultura. Hacia los límites del sistema. Barcelona: Fundación Caixa de Pensiones.

Sal, Victoria san (1993). Ser mujer: el fin de una imagen tradicional. Barcelona:Icaria.

OIT(2001) Segunda Asamblea Mundial sobre el envejecimiento. Segundo punto del orden del día. Ginebral: www.madrid2002-envejecimiento.org

ONU(2002a) Estratégia Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, 2002. www.madrid2002-envejecimiento.org

ONU(2002b)Salud y Envejecimiento. Un documento para el debate. www.madrid2002-envejecimiento.org

ONU(2002c)Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las personas de edad. www.madrid2002-envejecimiento.org

OMS(2002) Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el envejecimiento, 2002. www.madrid2002-envejecimiento.org